



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7709 | Salvador, quarta-feira, 26.06.2019

Presidente Augusto Vasconcelos



CAIXA

Lucro e cortes

Mesmo com crescimento de 22,9% no lucro, que somou R\$ 3,920 bilhões no primeiro trimestre deste ano, a Caixa reduz o quadro de pessoal e segue em processo de desmonte. O banco fechou 1.508 postos de trabalho em 2018. Em cinco anos foram cerca de 20 mil. Contradição. Página 3



JOÃO UBALDO - ARQUIVO

Necessidade de mais bancários na Caixa é urgente

JOÃO UBALDO



Enquanto reduz quadro de pessoal, número de clientes da Caixa subiu de 92,6 milhões para 99,3 milhões no primeiro trimestre. É um sufoco

Os donos do poder e do dinheiro no país

Página 2

Brasil entre os piores para o trabalhador

Página 4





Enquanto os mais ricos pagam, proporcionalmente, bem menos impostos, os mais pobres são os mais onerados

Rumo à plutocracia

Os mais ricos estão pagando cada vez menos impostos

ROGACIANO MEDEIROS
imprensa@bancariosbahia.org.br

TAÍ um problema que está na raiz da formação da sociedade brasileira. As elites sempre botam o povo para pagar o “pato”, inclusive aquele da Fiesp, para arcar com os custos Brasil. Com base em dados fornecidos pela Receita Federal, o G1, do sistema Globo, produziu o que

chamou de Pirâmide do IR. O resultado confirma o que todo mundo já sabe.

As camadas mais ricas da população gozam de mais isenções e pagam, proporcionalmente, bem menos impostos do que os menos abastados, especialmente as classes médias. Só que a situação está se agravando. E a tendência é se agravar bem mais.

Diante de um governo que acaba com as políticas públicas, nega direitos, reduz drasticamente os investimentos em obras, vende lucrativas e es-

tratégicas estatais, desmonta o parque industrial e tem como conceito a informalidade, não há como esperar coisa boa. Pelo menos para os trabalhadores, para o povo.

Bolsonaro empurra o Brasil para uma plutocracia: governo comprometido unicamente com o capital, ultraliberal, voltado só para os ricos, amparado em forte Estado policial. Para barrá-lo, só uma frente democrática ampla e unificada. Hoje, a principal tarefa da resistência é neutralizar o neofascismo.

NOTA DE FALECIMENTO

É com imenso pesar que o Sindicato dos Bancários da Bahia comunica o falecimento de Antônio Carlos Paraízo, marido da diretora da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Rosana Paraízo, ocorrido no dia 23 de junho.

Conhecido como Reure, Antonio Carlos Paraízo nasceu no dia 19 de maio de 1952 e sempre esteve presente nas atividades do SBBA e da Feeb. O Sindicato se solidariza com familiares e amigos neste momento difícil.

O sepultamento aconteceu na segunda-feira, no cemitério da Primeira Ordem de São Francisco, em Salvador.



Nota da AJD sobre o escândalo da Lava Jato

DIANTE das afirmações de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, de ser comum juízes e procuradores atuarem conjuntamente na acusação, a AJD (Associação Juízes para a Democracia) divulgou carta pública, contestando o ministro e o procurador federal.

Carta

“A AJD - Associação Juízes para a Democracia (AJD), entidade não governamental, de âmbito nacional, sem fins corporativos, que tem como um de seus objetivos estatutários a defesa dos direitos e garantias fundamentais e a manutenção do Estado Democrático de Direito, vem a público externar seu mais veemente repúdio às declarações do Ministro da Justiça e Segurança Pública, que, em repetidos pronunciamentos públicos, tem classificado como “absolutamente normal” e “muito comum”

o contato privado de juízes com procuradores para tratar de questões e estratégias processuais em feitos sob sua responsabilidade, ampliando-se para atuações fora do próprio âmbito do processo, conforme se verifica no conteúdo das mensagens recentemente divulgadas pelo site The Intercept Brasil (<https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiuinvestigar-fhc- apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidademas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/>).

Tais práticas não refletem, em absoluto, a conduta das magistradas e dos magistrados brasileiros que cumprem o seu dever funcional. Ao defendê-las, o Ministro promove uma inaceitável banalização do exercício distorcido da atividade judicante, ofensiva à sua dignidade, seriedade e respeitabilidade, que é também incompatível com a dignidade, a honra, o decoro e a transparência exi-

gidos pelo Código de Ética da Magistratura, cujo artigo 8º é claro ao estabelecer que “o magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito”. É inaceitável que o Ministro confunda a urbanidade na interação entre juízes e membros do Ministério Público, com a fusão de seus distintos papéis processuais, bem delineados em nossa Constituição. É ainda mais deplorável que o Ministro tenha a pretensão de subordinar a perene dignidade institucional da Magistratura ao sabor de estratégias ligadas a meros interesses individuais conjunturais. Não aceitaremos, pois, que, para justificar sua conduta inapropriada, o Ministro tente imputar a toda a magistratura nacional a prática das mesmas ilicitudes”.

Agências e postos fechados

Lucro de R\$ 3,920 bilhões no trimestre não impediu cortes

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A CAIXA lucrou R\$ 3,920 bilhões no primeiro trimestre deste ano, alta de 22,9% com relação ao mesmo período de 2018, quando alcançou R\$ 3,190 bilhões. Mesmo assim, encolhe a participação no mercado nacional, oferta menos crédito, reduz o nú-

mero de empregados e os postos de atendimento. Um reflexo do desmonte.

A Caixa foi o banco que mais cortou vagas e hoje tem 82 mil empregados. Este ano, a empresa lançou PDV (Programa de Desligamento Voluntário), cuja expectativa é a adesão de 3.500 bancários. Em 2014, a instituição tinha 101.484 trabalhadores. Em cinco anos, cerca de 20 mil empregados saíram, o que quer dizer que as 2 mil contratações anunciadas não vão suprir a demanda reprimida.

O principal banco público do país, res-

ponsável por programas de inclusão social que atende a população mais carente, também está perdendo agências. No primeiro trimestre, foram fechadas 14 unidades, 26 lotéricas, 23 postos de atendimentos e 971 correspondentes Caixa Aqui. Já o número de correntistas passou de 92,6 milhões para 99,3 milhões no período.

Essa política reduz o papel da Caixa e coloca a sustentabilidade em risco, desgastando a imagem diante dos brasileiros e abrindo caminho para a privatização.



MANOEL PORTO

Sindicato entrega cheques referentes ao pagamento da ação sobre a PLR e a gratificação semestral

Justiça para os funcionários do Itaú

MAIS uma conquista fruto do trabalho do Sindicato da Bahia, através do Departamento Jurídico. A entidade entregou os cheques referentes ao pagamento da segunda parcela do processo (0000415 2010 05 0033). O valor é da ação sobre a PLR e a gratificação semestral aos funcionários do Itaú licenciados por doença ocupacional.

O processo beneficiou 12 bancários e uma das contempladas foi Ana Lúcia Tavares, empregada do Itaú por 31 anos. "O Sindicato assumiu com todos nós o compromisso muito importante e sério nas lutas e conquistas de direitos que temos por lei". Aposentada desde 2016, ela destaca que ser

sindicalizada faz toda diferença.

Para Francisca Oliveira, o empenho e a dedicação do Sindicato e da Federação da Bahia e Sergipe foram fundamentais para a vitória. "Agradeço especialmente pela conquista no processo referente à PLR e gratificação semestral para os licenciados por doença ocupacional", ressaltou ela que foi bancária por 32 anos.

Há quase 34 anos como empregado do Itaú, André Rocha também faz questão de agradecer o trabalho do Sindicato que resultou na vitória na Justiça. A entrega dos cheques contou as presenças dos diretores das duas entidades.

Coparticipação na Cassi tem aumento

FOI aprovado o aumento da coparticipação sobre consultas e exames do plano e a alteração do limitador de 1/24 do salário para a cobrança. A aprovação foi resultado dos votos favoráveis dos indicados do BB e de Sérgio Faraco, um dos representantes eleitos pelos associados.

Os votos dos demais conselheiros eleitos não foram suficientes e não impediram a aprovação da proposta, criticada pelos associados, entidades e conselhos de usuários. As regras com o valor e o limite foram instituídas através de reforma estatutária feita com consulta ao corpo social em 2007.

Agora, a coparticipação sobre consultas vai para 50% e sobre exames para 30%. Esta foi a segunda alta dos percentuais da cobrança este ano e em janeiro, a coparticipação sobre consultas passou de 30% para 40% e sobre exames de 10% para 20%.

A reunião do Conselho Deliberativo da Cassi, realizada na segunda-feira, também aprovou que não será mais considerado o limite de 1/24 do salário para a cobrança da coparticipação sobre exames.

Nordeste em defesa do BNB

CONTRA a política de desmonte do governo Bolsonaro, sindicatos de todo o Brasil e a AFBNB (Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste) lançam campanha em defesa do BNB. Desde que a equipe econômica do governo falou sobre a intenção em fundir o banco ao BNDES, o Sindicato da Bahia tem ampliado os esforços em defesa da instituição. Inclusive com a realização de uma sessão espe-

cial, na Assembleia Legislativa da Bahia.

O governo tem uma política declaradamente privatista. Desmonta as empresas para então vendê-las. O Banco do Nordeste tem papel fundamental no desenvolvimento da região. A empresa atua de forma dinâmica, eficiente e lucrativa para a economia local. Só em 2018, o BNB aplicou mais de R\$ 43 bilhões nas áreas atuantes.

Pelo fortalecimento do BNB!
Em defesa do FNE
Não à privatização
Por trabalhadores valorizados
BNB forte, Nordeste forte!
A AFBNB firme, com resistência e autonomia!

Péssimo para o trabalhador

Brasil só tem sido bom mesmo para os endinheirados

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

PELA primeira, o Brasil aparece na lista dos 10 piores países do mundo para o trabalhador. É o que revela o Índice Global de Direitos, apresentado durante a Conferência Internacional do Trabalho da OIT. Os dados são

assustadores e mostram que a política de austeridade beneficia apenas o topo da pirâmide social, cada dia mais rico.

Hoje no Brasil são 13,2 milhões de pessoas desempregadas. O número equivale à população total de Portugal - 13,3 milhões. Tem ainda os 5 milhões de desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego) e 28,4 milhões de subutilizados (que trabalham menos tempo do que gostariam).

Sem dúvida alguma, a refor-

ma trabalhista agravou o quadro do país. E as perspectivas não são nada boas. Sem um projeto de governo para retomar o crescimento, Jair Bolsonaro joga o Brasil no abismo.

A recessão econômica está longe de acabar,

o número de desempregados cresce, as estatais, fundamentais para o desenvolvimento, são entregues de mão beijada ao grande capital internacional e o trabalhador, já desprotegido, tem o salário achatado.

O Índice Global de Direitos classificou 145 países, de acordo com 97 indicadores reco-



A situação se agravou com a reforma trabalhista

nhecidos internacionalmente e que apontam as nações onde o trabalhador está menos protegido no que diz respeito à legislação quanto à prática sindical. Além do Brasil, estão na lista Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Colômbia, Filipinas, Guatemala, Cazaquistão, Turquia e Zimbábue.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

DESAFORAMENTO É o mesmo que dizer à sociedade: se não gostou, dê o seu jeito. Em pleno escândalo da Lava Jato, inclusive com conversas que revelam a submissão da operação aos interesses norte-americanos, Sérgio Moro, principal alvo das denúncias, viaja para os Estados Unidos. Segundo a mídia, ele teria visitado a CIA e o FBI. Um absurdo. É querer fazer o povo de idiota.

INDECOROSO Vergonhoso o silêncio das instituições e entidades representativas do sistema de Justiça diante do argumento falacioso de Moro e Dallagnol. Para se defender do escândalo da Lava Jato, afirmam ser comum, procuradores e juízes atuarem juntos no trabalho da acusação. Isso é prática de Estado polícesco. Cadê a Ajufe, que apoiou o golpe? A ANPR? E o CNJ?

ÚNICA Pelo menos até agora, somente a OAB e a Associação Juízes para a Democracia se manifestaram publicamente condenando as relações promíscuas entre Moro e Dallagnol. "Não aceitaremos, pois, que, para justificar sua conduta inapropriada, o ministro tente imputar a toda a magistratura nacional a prática das mesmas ilicitudes". Diz nota da AJD.

IDIOTAS Engraçadinhos esses procuradores federais da Lava Jato acusados de tramarem com o juiz Sérgio Moro para condenar e prender Lula sem provas. O *The Intercept* os desafiou a mostrarem o histórico das mensagens trocadas entre eles e agora alegam não haver mais registro nem no celular nem na nuvem do *Telegram*. Pensam que o povo é idiota.

DESORDEM "Não há ninguém hoje no sistema judiciário internacional que ponha Moro como exemplo. Ele é o contra-exemplo do que não se deve fazer". A declaração não é de nenhum brasileiro. É do famoso jurista e cientista social português Boaventura de Souza Santos. Disse que no Brasil o direito deixou de ser ordem jurídica para ser desordem jurídica.

FUNDAMENTAL A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil precisa ter uma ação mais incisiva, crítica, diante da dramática situação nacional, em especial o escândalo da Lava Jato. É um ato cristão defender a justiça. Aliás, o Papa Francisco tem ajudado muito a denunciar ao mundo a tragédia neofascista brasileira. A CNBB é fundamental para a resistência democrática.



Para Bolsonaro, população armada é a solução para a segurança pública

Bolsonaro manobra sobre flexibilização das armas

DEPOIS de uma derrota no Senado e possivelmente na Câmara Federal também, o presidente fez uma manobra para aprovar a flexibilização da posse e porte de armas de fogo e uso de munições. Jair Bolsonaro (PSL) recuou e decidiu revogar o decreto das armas, mas imediatamente editou três novos decretos sobre o tema.

O presidente tinha dado a entender que ia desistir da questão. Pelo visto, era só uma estratégia. Segundo o governo, o recuo foi para fazer um novo ataque agora por "vias legais", o

que é discutível.

É de se questionar se o presidente tem o poder para dar canetada e passar por cima do Congresso Nacional, que representa o povo brasileiro, sobretudo porque em 2005, a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi rejeitada, em referendo.

Apesar da opinião popular, Bolsonaro editou mais três decretos, com ajustes para modificar pontos polêmicos que estavam sendo discutidos no Congresso. Quer armar a população de qualquer jeito.